

O AUTOR E SEU TEXTO OU O TEXTO E SEU AUTOR?

Luciana Salgado*

Resumo: Muitos projetos editoriais têm investido na compreensão da constituição da autoria. No tratamento dos textos a publicar, dá-se, na matéria textual, uma espécie de debate sobre seu arranjo, uma interlocução que se registra no corpo do original, propondo correções, mudanças, questões diversas. Discursivamente, pode-se dizer que esse trabalho editorial se faz em manobras linguísticas reveladoras do quanto, nessa altura, o texto está em construção, embora se tenha estruturado como versão final.

Palavras-chave: Autoria; alteridade; edição de textos.

O ENROSCO

■ **M**uito se tem falado em *coletivos criativos*, em *re-trabalho* e em *samplear*, notadamente nas artes plásticas e na música, mas toda produção cultural tem hoje, mais intensamente do que noutros tempos, que se haver com essas questões. Provavelmente porque houve um acirramento da noção de propriedade como algo individual e privativo:

De fato, a construção do Estado contemporâneo e de seu Direito foi marcada pelo individualismo jurídico ou pela transformação de um todo titular de direito em um indivíduo. Assim foi feito com as empresas, as sociedades e com o próprio Estado; criou-se a ficção de que cada um deles era pessoa, chamada de jurídica ou moral, individual. [...] Isso transformava os direitos essencialmente coletivos dos povos em direitos individuais. O Direito contemporâneo,

além de individualista, é dicotômico: às pessoas – indivíduos titulares de direitos – corresponde uma coisa, o bem jurídico protegido (SOUZA FILHO, 2003, p. 73).

No caso dos textos, essa discussão também está diretamente ligada às representações sociais da autoria. Juridicamente, há diversas perspectivas a considerar, por conta do próprio desenvolvimento das formulações jurídicas: como julgar uma apropriação indébita?

Nos campos ligados à educação, busca-se que os estudantes possam ser autores, isto é, capazes de produzir textos próprios. Tanto assim, que os exames vestibulares, por exemplo, avaliam essa *capacidade autoral* numa prova específica, a de redação. Portanto, na formação dos estudantes, os métodos, instrumentos e processos de apropriação dos textos são pensados como um trabalho que pode dar consistência à sua produção escrita e, por isso, copiar, imitar, recontar, estilizar... são, em linhas gerais, estratégias de construção de uma escritura própria.

Noutros campos, como a teoria literária, a autoria é um tema crucial e recebe tratamentos variados, que não abordarei por duas razões. São campos de estudos nos quais muitas vertentes encetam debates que não podem ser adequadamente mencionados em poucas linhas e, além disso, o foco aqui são as inquietações que conduzem à figura de autor; como se a autoria viesse à baila porque o lugar que é posto à luz, antes de mais nada, é um lugar de alteridade que só se constitui na relação com um outro que é sempre um autor. Refiro-me ao lugar do profissional que dá tratamento aos textos que serão publicados.

Para pensar em termos de lugares, isto é, em termos de uma identidade social firmada em práticas que se reiteram, tratarei da figura do autor no seu feixe de relações entre práticas que a identificam e outras, correlatas. O que significa dizer que a tratarei discursivamente. Eventualmente se suporá que essa abordagem advém da crítica genética. Não é o caso. Mas parece interessante registrar a problemática hoje enfrentada pela crítica genética como campo de estudo da criação literária, com os manuscritos e rasuras dando lugar a novas formas de composição textual, e a filologia comparada confrontada a disciplinas que estudam a cognição, a psique etc. Grésillon (1991, p. 11) diz sobre isso:

Outras ciências humanas, como a psicanálise, por exemplo, contribuíram também para estimular a reflexão sobre os manuscritos. Não era mais questão de o que esse autor quis dizer, mas “procurar quais forças indomadas, indomáveis talvez, se mobilizaram sem que ele soubesse para resultar em uma estruturação” (B. Noel, 1972, p. 12). Quanto ao próprio autor, assim que declarado morto, ei-lo ressuscitado sob o hábito daquele que escreve, ou mais simplesmente do scriptor, pois era bem necessário dar um nome àquele cuja mão conduziu a escrita no papel.

Aqui, focalizo certas práticas em vigor no mercado editorial, precisamente as formas de tratamento dos textos destinados à publicação, nas quais podemos ver as marcas do trabalho do autor, que é sempre um interlocutor.

Para tanto, valho-me dos desdobramentos da Análise do Discurso (AD) que consideram a língua opaca e polissêmica, os sujeitos como clivados e as con-

junturas de interlocução marcadas por lugares sociais definidos historicamente. Essa análise do discurso vê nos textos, ou nas práticas de textualização, as marcas da heterogeneidade e da alteridade constitutivas de todos os dizeres. E estudar esse funcionamento discursivo no caso dos textos preparados para ir a público exige considerar que estão compreendidas aí as práticas generalizadas nas casas editoras e outras, menos oficiais, mas igualmente generalizadas, dos autores, que frequentemente contratam o tratamento de textos antes mesmo de apresentar seu material a uma editora. É preciso levar em conta também que, se, por um lado, esse tipo de trabalho se intensificou recentemente e tem cada vez mais características peculiares ao nosso tempo (afinidades com a tecnologia informática, com a aceleração de processos dela decorrente e com as urgências que impelem a alimentação desse ritmo), por outro, é herança de uma história que remonta a práticas anteriores até mesmo ao formato códex moderno, na medida em que revela o quanto o original de um autor, no longo processo que o transforma em publicação, movimenta-se, passando por diferentes olhares e cuidados.

No Brasil, um acontecimento recente é um marco para essa reflexão: em outubro de 2003 promulgou-se a chamada Lei do Livro, que institui uma política nacional para o livro e a leitura. É a primeira lei brasileira sobre o tema e carece ainda de regulamentações, afora as revisões que as críticas não de propor. Mas já há uma novidade que muito interessa aqui: ela menciona a *cadeia criativa do livro*, além de contemplar a cadeia produtiva (que reúne editores, livreiros, distribuidores, gráficas e fabricantes de papel), os mediadores da leitura (que são os próprios escritores, os educadores, os bibliotecários e as ONG), e define atribuições do poder público. Desse modo, essa lei institui um deslocamento na tradição, ao pôr em relevo também a criação e a produção dos livros. Os incentivos à leitura aparecem, então, ligados ao modo como os livros são criados, feitos e distribuídos. E isso envolve coletivos complexos, etapas distintas de trabalho, uma diversidade de colaborações.

Aí se inclui o tratamento editorial de textos, uma etapa ainda autoral. Do lugar de editor de textos, um outro vai tecendo, no fio do texto, certos sentidos e, embora não imponha ao autor um texto que não é o seu, interfere discursivamente na sua tessitura. Faz isso guiado por um conjunto de procedimentos a que chamei *ritos genéticos editoriais*, com base nas formulações de Maingueneau (2005, 2006) para a abordagem dos *ritos* como procedimentos sistemáticos destinados a consagrar práticas, e da *gênese* como convergências históricas que se condicionam estabelecendo uma orientação semântica.

Note-se que o profissional que trabalha sobre os textos autorais não opera como coautor; antes, produz um descentramento do texto primeiro, facultando ao autor o lugar de outro desse outro de si que fez anotações como quem deixa rastros. Nessas trilhas de leitura explicitadas, há correções gramaticais, estabelecem-se padrões e seguem-se normas, mas o trabalho vai muito além da ideia de corrigir, padronizar e normalizar...

PUXANDO UM FIO

Na AD, é comum se falar em *fios de discurso* para referir as sequências discursivas inteligíveis nos textos. É que todo discurso se lineariza em textos, e todo texto é uma trama urdida por elementos muito variados.

Nesta oportunidade, o fio que puxo é uma breve passagem dos agradecimentos num livro de Bruno Latour (2001), renomado estudioso das ciências, que tem publicado diversos tipos de texto nos últimos vinte anos e está bastante familiarizado com as práticas de preparo de um texto que circulará socialmente. Diz ele, a certa altura de sua de abertura do livro *A esperança de Pandora*:

Tantas pessoas leram rascunhos de partes do livro que já nem sei bem o que pertence a elas e a mim. Como sempre, Michel Callon e Isabelle Stengers deram orientação essencial. Por trás da máscara de árbitro anônimo, Mario Biagioli foi decisivo para a forma final da obra. Durante mais de dez anos, beneficiei-me da generosidade de Lindsay Waters como editora – e mais uma vez ela ofereceu abrigo para meu trabalho. Minha maior gratidão, contudo, é para com John Tresch, que burilou o estilo e a lógica do manuscrito. Caso os leitores não fiquem satisfeitos com o resultado, queiram imaginar a selva emaranhada pela qual John conseguiu abrir caminho! (LATOUR, 2001).

Retenho daí duas imagens: a selva emaranhada e o abrir caminhos.

É fácil ver que Latour, escritor experiente, não escreve errado ou desconexamente, e são suas experiências com a lida da escritura e com as leituras que são feitas de seus textos que o levam a considerar que ser um autor experimentado não permite crer garantida a clareza do que escreve. Antes, tem a ver com buscar essa clareza, que é mais fortemente balizada quando um outro lhe diz o que lê em seu texto. Toda leitura explicitada é uma forma de levar o autor a olhar com outros olhos o texto que escreveu, e esses outros olhos é que permitem calibrar o texto, de modo que ele tenha mesmo boas chances de circular entre leitores futuros.

Isso significa que um bom autor sabe que o que há de *selvagem* e de *emaranhado* em seus textos não é outra coisa senão a linguagem em uso, amarração de elementos extralinguísticos e linguísticos, com suas historicidades específicas, ou seja, com seus sentidos historicamente estabelecidos, portanto algo cambiantes, um tanto movediços. Sabendo disso, esse autor sabe que um texto que pretende circular não deixará de ser um complexo de planos que parecem, em princípio, indiscerníveis, porque funcionam sempre implicados, imbricados, imiscuídos. Ele sabe, então, que *abrir caminho* não é derrubar mata e fazer clareira, fixando um ponto de descanso da lida; abrir caminho nessa selva pujante que é todo texto é um trabalho constante para enxergar as trilhas prováveis, os percursos preferenciais.

De todo modo, nunca se estabelecerá um caminho só. Todo dizer posto em circulação ganha mundo amarrando-se à teia interdiscursiva e, assim, engrossa certos coros e desdenha outros, mete-se em certas fileiras e rejeita outras... Na dinâmica histórica, os textos se põem como partícipes dessa ou daquela comunidade, e os sujeitos que constituem as comunidades vão lendo esses textos conforme eles façam soar este ou aquele posicionamento. Os dizeres estão sempre ligados ao trabalho de sujeitos que, interpelados pelas condições de produção do que enunciam, manobram no miúdo de suas existências e desse modo constroem seu pertencimento a dadas comunidades, sua participação em dadas polêmicas, suas lutas de todo dia.

O que nos diz Latour é que, nesse prosaico todo-dia do escrever e publicar, é preciso conhecer o ofício de *catar feijão*, para me valer da expressão de João Cabral, autor que aprecia o engenho fino dos dizeres e a força dessa luta. Diz

o poeta que, ao catar feijão, como ao escrever, é preciso jogar fora o que boiar, mas diz ele também que o que não é feijão e afunda com os grãos, no caso dos textos, precisa de outra consideração: os textos não devem pretender ser pura mastigação digerível. Nunca são. O ofício de escrever supõe sempre que haverá trabalho de um outro, que um outro correrá umas linhas, tardará noutras e é provável que tropece lá e cá, pois o encontro entre sujeitos é sempre no caminho, caminhantes que são os sujeitos ao se porem nas cenas de enunciação (e as leituras, como as escrituras, são modos de pôr-se nessas cenas).

O que Tresch fez pelo texto de Latour foi ler “em voz alta”, guiado por certos critérios editoriais, marcando as trilhas que seguia, indicando ao autor o que lhe pareceu estar escrito ali. Desse modo Latour pôde voltar a seu texto e, com a perspectiva de leitor, algo distanciada do que escreveu, trabalhar uma vez mais, eventualmente reescrever passagens, e só então decidir com que feições o texto se dará a ler mais amplamente. É verdade que a cada nova leitura esse processo se reinicia nalguma medida. Provavelmente por isso há tantos textos que nunca ficam prontos, porque um texto só está pronto quando se decide que vai circular e não quando se crê ter chegado a uma versão de fato definitiva. Os textos, linearizações de discursos, não têm fim. Por definição. Mas os textos têm caminhos, e alguns mais autorizados que outros.

Tresch conversou com Latour sobre isso até o momento em que se decidiu que era chegada a hora – quando, afinal, a sorte foi lançada. Na verdade, todos que Latour menciona em seus agradecimentos fizeram, de certo modo, o papel de mostrar as veredas que o texto lhes propôs, e disseram isso ao autor, e o autor sabia que, desde aí, essas observações também faziam parte daquilo que escrevia. Mas a participação de Tresch tem uma diferença em relação a essas outras contribuições, ele participou de um modo bastante específico: estabeleceu a conversa no próprio texto, no corpo do texto, nas pequenas engrenagens, nos seus vãos e movimentos. Mexeu em construções, preposições, conjunções, substituiu palavras, sugeriu partições... Poderíamos dizer que Tresch conversou *linguisticamente* com Latour, escancarou a condição de *textualização*, de *trabalho em processo*. E o mais importante disso, creio, é que lembrou Latour de que ele não é só autor – uma figura que responde jurídica e socialmente pela publicação –, é também um sujeito a catar feijão, na lida com a linguagem, filiando-se, debatendo-se, amarrando-se com seus dizeres à teia interdiscursiva que é o mundo humano.

Esses escritores profissionais, que tenho referido como *escribas*, no processo editorial são chamados a ler o que um outro diz ter lido em seu texto. Esse outro, leitor profissional, é também escriba, posto que lê para falar sobre a escritura e também escreve coisas que devem servir para que o autor seja um proficiente leitor de seu próprio texto. Interessante ofício esse de caminhar pelos textos apontando trilhas.

Se vemos assim esse trabalho, podemos entender que Tresch não *revisou* o texto de Latour. Pode até ter sido o revisor também, mas isso a que Latour agradece é outra coisa. É uma referência a algo que acontece antes de o texto estar pronto para sair – quando então recebe a *re-visão*. Há um trabalho anterior a isso, que é ainda etapa autoral, é ainda o tempo de tessitura do que os outros leitores vão ver.

Diferentemente do que a muitos parece, esse trabalho é cada vez mais frequente e oficializado, e não é demérito da autoria. Ao contrário, é muitas vezes

uma oportunidade de consolidação de seus traços. Não se trata de escrever para o outro, no lugar do outro, mas de ser o outro do escriba autor, de certo modo escrever com ele o texto dele.

Esse ofício tem sido chamado de *preparação de textos*, *copidesque* ou mesmo *revisão* (e até de *revisão ortográfica*, como consta em alguns contratos!). E há muita confusão em torno de quais seriam suas atribuições. Em muitos casos, acredita-se que seja a estrita correção gramatical. Mas um texto está submetido a muito mais coerções do que à força de lei da gramática normativa. Força que, aliás, também está sujeita a outras leis.

Seja como for, sem que haja definições estritas, esse ofício existe e põe questões muito intrigantes a quem olha com vagar para ele. Penso que isso acontece porque é um trabalho que se dá no âmbito discursivo – entendido o discurso como um conjunto de práticas submetidas a restrições semânticas que são indissociáveis das suas condições sociais e históricas de emergência.

Esses escribas – o enunciador e o coenunciador editorial – trabalham na malha textual até que ela lhes pareça oferecer a futuros leitores boas veredas, evitando que algumas outras se imponham, e são esses caminhos que caracterizam um dado autor, isto é, o modo como esses caminhos aparecem aos leitores futuros faz parte da figura que se constrói socialmente desse autor, de sua obra. Se entendermos que os modos de dizer fazem parte do que se diz, que não há formas prévias a conteúdos enunciáveis, que os ditos são feitos também de dizer, podemos pensar que esses caminhos preferenciais constituem o estilo de um texto, caracterizam essa produção escrita.

Certamente, é possível publicar um texto sem que esse processo de leitura profissional aconteça. Mas o fato é que ele acontece cada vez mais (o que levanta questões sobre como a autoria é uma exigência crescente na vida das pessoas, em várias profissões e até mesmo na busca por celebridade), acontece com variados tipos de texto (o que levanta questões sobre o estatuto dos vários tipos de publicação que circulam hoje) e acontece em diferentes condições de contratação (levantando questões sobre a atual divisão do trabalho intelectual).

UM NOVELO?

No Brasil, a Lei do Livro é um marco para a discussão dessas questões não porque resolve todos os problemas relativos ao livro e à leitura, mas porque não havia no país nenhuma regulação específica até aqui; apenas um decreto de 1992, ratificado em 1995, muito sucinto, sem prescrições ou encaminhamentos. Assim, o que havia até a promulgação dessa lei eram programas de gestões, não políticas públicas. Esse documento instaura, portanto, uma novidade, pois é deflagrador de articulações municipais, estaduais e federais de diferentes portes e durações, e tem essa força por ser uma presença do Estado há muito reclamada pelos diversos setores ligados ao livro e à leitura.

Será, porém, prudente lembrar que essa lei tem um caráter fundador em termos discursivos, pois nenhuma lei, como qualquer outro documento, nasce de um zero absoluto. Certas crenças e lutas convergiram, engendrando o que em 2003 se pôde formular com esse vigor oficial. Certas práticas vinham se costurando, em encontros e confrontos, e numa dada conjuntura foram enfim fortalecidas a ponto de se porem com um destaque sem precedentes.

E é evidente que os desdobramentos desde aí estão acontecendo e merecem avaliações constantes daqui para a frente. Afinal, as políticas públicas não são achados estáveis; são, na verdade, território onde se dão embates entre diferentes concepções e interesses; num regime democrático, as políticas públicas são uma forma de presença do poder público no grande debate que o transcende. Garantem, por isso, que haja encaminhamentos, mas não fazem cessar os variados rumores sobre como seguir os caminhos.

Por fim, importa lembrar que esse quadro brasileiro participa do jogo planetário que vivemos intensamente hoje, incluindo as muitas novas tecnologias (assim como as formas de poder a elas ligadas), as quais instituem novas práticas de produção e de recepção dos textos. E é nessa conjuntura que o ofício de escriba coenunciador editorial tem se dado cada vez mais regularmente, o que nos permite chegar a que, para além das questões pontuais que mencionei, pode-se ver nesse trabalho o quanto, na lida com os textos, se põe aos escribas a problemática que mais amplamente está posta a todos nós neste momento, quanto às práticas de convivência e construção social que temos cultivado. Em termos discursivos, formularia assim a questão: de que modo temos vivido a responsabilidade da coexistência, investindo nas interlocuções?

REFERÊNCIAS

- GRESILLON, A. Alguns pontos sobre a história da crítica genética. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 7-18, jan./abr. 1991.
- LATOURE, B. *A esperança de Pandora*. Tradução Gilson de Sousa. Bauru: Edusc, 2001.
- MAINGUENEAU, D. *Gênese dos discursos*. Tradução Sírio Possenti. Curitiba: Criar, 2005.
- _____. *Discurso literário*. Tradução Adail Sobral. São Paulo: Contexto, 2006.
- SOUZA FILHO, C. M. Multiculturalismo e direitos coletivos. In: SANTOS, B. de S. (Org.). *Reconhecer para libertar – os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 71-109.

SALGADO, L. The author and his text or the text and its author? *Todas as Letras* (São Paulo), volume 10, n. 2, p. 120-126, 2008.

Abstract: Many editorial projects have been looking forward to comprehend authorship. In terms of the editorial treatment of texts, there is a kind of debate about its organization, a dialogue that takes place on the text body, in which many questions are raised. This editorial practice implies linguistic maneuvers that reveal how, at this point, this text is still under construction, despite the fact that it has been structured as a final version.

Keywords: Authorship; alterity; text edition.